

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

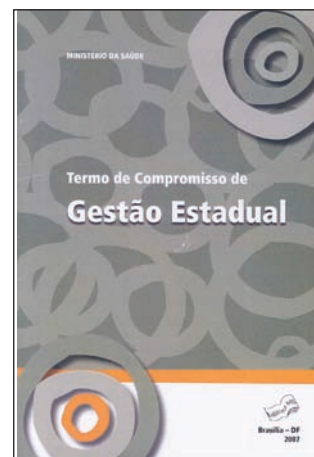
OUTUBRO/2007 v. 13, n. 10 | | | | | ISSN 0104-9755

IMPRESSO

RESUMOS

Termo de Compromisso de Gestão Estadual

Este livro reproduz o Termo de Compromisso de Gestão Estadual, documento que formaliza o Pacto pela Saúde e contém os objetivos, as metas, as atribuições e as responsabilidades sanitárias dos gestores estaduais. Tais atribuições e responsabilidades serão pactuadas mediante o preenchimento do quadro correspondente a cada um dos eixos, a saber: (1) responsabilidades gerais da gestão do SUS; (2) regionalização; (3) planejamento e programação; (4) regulação, controle, avaliação e auditoria; (5) gestão do trabalho; (6) educação na saúde; (7) participação e controle social. Entre as responsabilidades assumidas pelos gestores estaduais, mediante a assinatura do termo, estão: apoiar técnica e financeiramente os municípios, para que assumam sua responsabilidade de gestores da atenção à saúde de seus municípios, e fazer o reconhecimento das necessidades da população no âmbito estadual, coordenando o processo de configuração da rede de atenção à saúde com a participação dos municípios da região.



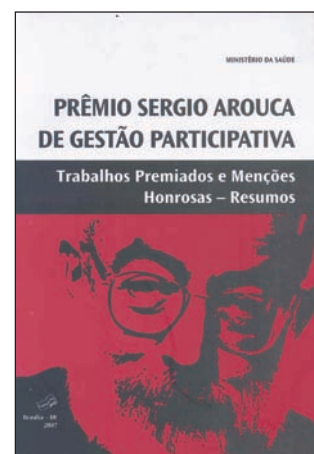
Manual dos Comitês de Mortalidade Materna



A redução da mortalidade materna e neonatal no Brasil é ainda um desafio para os serviços de saúde e a sociedade como um todo. As altas taxas encontradas se configuram como uma violação dos direitos humanos de mulheres e crianças, além de um grave problema de saúde pública, que atinge desigualmente as regiões brasileiras com maior prevalência entre mulheres e crianças das classes sociais com menor ingresso e acesso aos bens sociais. Consciente de que a solução da problemática implica o envolvimento de diferentes atores sociais, para garantir que as políticas nacionais sejam executadas e supram as reais necessidades da população, o MS propôs a adoção do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal em todo o País. Na perspectiva da equidade, o pacto incorpora ações específicas para mulheres negras e índias e seus recém-nascidos. Este manual objetiva oferecer subsídios aos profissionais de saúde para a criação e o funcionamento de comitês de morte materna, a fim de implantar e implementar a notificação compulsória do óbito materno.

Prêmio Sergio Arouca de Gestão Participativa: Trabalhos Premiados e Menções Honrosas – Resumos

A gestão participativa no SUS coloca na agenda política da democracia brasileira uma construção filosófica e política que sempre esteve presente no pensamento e nos atos de Sergio Arouca. Para muitos, ele é o construtor do ideário da reforma sanitária, o parlamentar em defesa da saúde, da ética e das transformações na sociedade brasileira, além de companheiro dos movimentos sociais e da militância política. Portanto, nada mais apropriado que, no momento em que a gestão participativa se encontra inserida na estrutura e nas políticas públicas de saúde do MS, seja prestada uma homenagem póstuma àquele que tanto fez pela saúde brasileira. Para isso, o MS atribuiu ao Prêmio de Gestão Participativa o título de Prêmio Sergio Arouca, que foi organizado em duas categorias: (1) artigos que relatam e analisam experiências de gestão participativa em serviços, organizações ou sistemas de saúde; e (2) trabalhos acadêmicos sobre o tema em forma de monografias ou artigos. Este livro apresenta um resumo dessas iniciativas e desses trabalhos de êxito agraciados pelo referido prêmio.



MONOGRAFIAS

ACUPUNTURA

WEN, Tom Sintan. **Acupuntura clássica chinesa**. São Paulo: Cultrix, 2007. 226 p. ISBN 85-316-0002-2.

AIDS

Joint United Nations Programme on HIV/Aids. **Guia de programação para as Forças de Defesa e Segurança**: opções de programas para controle das DST/HIV/aids nas forças de defesa e segurança. Brasília [2007], 72 p.

ATENÇÃO BÁSICA

BRASIL. Ministério de la Salud. Secretaría de Atención Primaria. Departamento de Atención Primaria. **Política Nacional de Atención Primaria**. Brasília, 2007. 68 p. (Serie E. Legislación em Salud) (Serie Pactos por la Salud, 2006; 4). ISBN 978-85-334-1362-7.

GESTÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Prêmio Sergio Arouca de Gestão Participativa**: trabalhos premiados e menções honrosas: resumos. Brasília, 2007. 166 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 978-85-334-1356-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **1º Seminário**

de Gestão Participativa em Saúde das Regiões Médio-Paraíba, Centro-Sul e Baía da Ilha Grande do Rio de Janeiro: Região da Baía da Ilha Grande. Brasília, 2007. 76 p., il. (Série D. Reuniões e Conferências) (Série Cadernos Regionais). ISBN 978-85-334-1340-5.

HOMEOPATIA

LOCKIE, Andrew; GEDDES, Nicola. **Guia completo de homeopatia**. São Paulo: Ática, 2001. 240 p., il. ISBN 85-08-07684-3.

NUTRIÇÃO

SAMPAIO, Helena Alves de Carvalho; SABRY, Maria Olganê Dantas. **Nutrição em doenças crônicas**: prevenção e controle. São Paulo: Atheneu, 2007. 277 p. ISBN 978-85-7379-912-5.

SUS

CASTRO, Janice Dornelles (Org.); MEDEIROS, José Eri de. (Org.). **Semente do SUS**: curso de especialização em saúde da família e da comunidade. São Leopoldo: Pallotti, 2006. 164 p.

CARVALHO, Guido Ivan de; SANTOS, Lenir. **Sistema Único de Saúde**: comentários à Lei Orgânica da Saúde: Leis nº 8.080/90 e 8.142/90. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2007. 271 p. ISBN 85-268-0723-4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Mesa setorial de negociação permanente do Ministério da Saúde**. Brasília, 2007. 228 p., il. ISBN 978-85-334-1345-0.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **Termo de compromisso de gestão federal**. Brasília, 2007. 35 p., il. (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **Termo de compromisso de gestão estadual**. Brasília, 2007. 40 p., il. (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **Termo de compromisso de gestão municipal**. Brasília, 2007. 48 p., il. (Série E. Legislação de Saúde).

SAÚDE DA MULHER

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. 3. ed. Brasília, 2007. 103 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1330-6.

TABAGISMO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **A Anvisa na redução do tabagismo**. Brasília [2004], 8 p.

VIEGAS, Carlos Alberto de Assis. **Tabagismo**: do diagnóstico à saúde pública. São Paulo: Atheneu, 2007. 352 p., il. ISBN 978-85-7379-910-1.

PERIÓDICOS

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia, v. 65, n. 3a, set. 2007.

BULLETIN OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION. Geneva: World Health Organization, v. 85, n. 8, ago. 2007.

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, v.16, n.3, jul./set. 2007.

FUNASA EM REVISTA. Brasília: Funasa, ano 3, n. 1, ago./set. 2007.

INFORME INCA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer, n. 244, 2007.

NURSING. São Paulo: Editorial Bolina Brasil, ano 10, n. 112, set. 2007.

RADIS: Comunicação em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 60, ago. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE CLÍNICA TERAPÊUTICA. São Paulo: Moreira Jr., v. 33, n. 1, ago. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE ECOCARDIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cardiologia, ano 20, n. 3, jul./set. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, v. 31, n. 2, maio/ago. 2007.

De 12 a 18 de outubro de 2007

Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância

A violência contra crianças e adolescentes é uma realidade dolorosa, responsável por altas taxas de mortalidade e de morbidade nessas faixas etárias. Isso exige uma resposta séria e urgente da sociedade. Os serviços de saúde não podem deixar de enfrentar, ao lado de outros setores governamentais e não-governamentais, esse grave problema, que hoje faz parte da agenda de saúde pública de vários países. As experiências vividas na infância e na adolescência, positivas ou desfavoráveis, refletem-se na personalidade adulta. As dificuldades inevitáveis se tornam mais brandas quando enfrentadas com afeto e solidariedade. A violência gera sentimentos como o desamparo, o medo, a culpa ou a raiva, que, não podendo ser manifestados, se transformam em comportamentos distorcidos, perpetuando-se por gerações seguidas. Lamentavelmente, cresce o número de crianças e adolescentes que chegam à rede pública de saúde e às clínicas particulares como vítimas de maus-tratos, de abusos físicos, sexuais e psicológicos ou de abandono e negligência. Em nosso país, formas agressivas e cruéis de se relacionar são freqüentemente usadas por pais, educadores e responsáveis por abrigos ou internatos, como estratégias para educar e para corrigir erros de comportamento de crianças e adolescentes.

Mas está reconhecido cientificamente que essa mentalidade e esse tipo de atuação, além de contraproducentes, são nocivos. Bater, ferir, violar, menosprezar, negligenciar e abusar são verbos que não devem ser usados no trato da infância e da adolescência por vários motivos: muitos estudos mostram que a violência da qual a pessoa é vítima nos primeiros anos de vida deixa seqüelas por toda a existência. A criança e o jovem não são objeto ou propriedade dos pais ou de qualquer adulto, mas, sim, sujeitos de direitos especiais reconhecidos pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A violência que ocorre silenciosamente dentro das famílias e na sociedade, como se fosse um fenômeno banal, é potencializadora da violência social em geral. As pessoas vítimas de violência na infância podem repeti-la quando se tornam adultas, especialmente com seus próprios filhos ou com outras crianças e adolescentes com as quais se relacionam socialmente. Enfim, quando a violência é uma forma de relação que se estabelece no interior das famílias ou na convivência social, é preciso denunciá-la. De igual forma, deve-se “desnaturalizá-la”, tratando-a como um problema a ser resolvido, buscando formas “civilizadas” de se trabalhar com os conflitos. No caso das crianças

e dos adolescentes, geralmente os pais, os responsáveis e os adultos tendem a acabar com as divergências de idéias e de comportamentos e com o conflito de gerações por meio da dominação adultocêntrica, da imposição de sua vontade ou por meio de gestos e ações violentos. Ao profissional de saúde é importante saber também que não é só a violência intrafamiliar que afeta os meninos e meninas. Pois a violência social é muito mais ampla. Por exemplo, uma das suas manifestações mais perversas se dá na institucionalização, por meio da qual o afeto, o carinho, o respeito à sua vontade são substituídos pelo regulamento disciplinar, pelo tratamento massivo e, às vezes, pela repressão e até a tortura. Os maus-tratos físicos foram originalmente identificados na literatura médica como a síndrome da criança espancada, fenômeno que freqüentemente surge para atendimento dos serviços de saúde e se refere a sofrimentos infligidos a crianças, geralmente como forma de castigo e de educar. Na verdade, a vítima pode apresentar desde fraturas ósseas, hematomas, lesões cerebrais, queimaduras e outros sinais de crueldade.

Texto adaptado do manual: “Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde” (Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2002).

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria-Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 – Brasília/DF – Tels. (61) 3315-2410/3200 – Fax: (61) 3315-2563 – Tiragem: 1.500 exemplares – Produzido pela Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. OS 1050/2007.

Jornalista responsável: Paulo Henrique de Castro (4136/13/99/DF) – As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> – Fale conosco: e-mail: biblioteca@saude.gov.br – Acesse também o Portal da Saúde: <http://www.saude.gov.br>.

ISSN 0104-9755



9770104975009

Ministério da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL